

CONTRATO DE ADESÃO N.º 06 / 2016 - SEP/PR



**CONTRATO DE ADESÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA - SEP/PR, COM A INTERVENIÊNCIA  
DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, E A EMPRESA  
CLARIANT S.A.**

A **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEP/PR**, criada pela Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007, com sede no Centro Empresarial VARIG, SCN Quadra 04 - Pétala C, Cobertura, CEP 70714-900, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.855.874/0001-32, doravante denominada **PODER CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, Exmo. Sr. Hélder Zahluth Barbalho, nomeado pelo Decreto de 02 de outubro de 2015, publicado no D.O.U. de 05 de outubro de 2015, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 2.421.147, emitida pela SSP/PA, inscrito no CPF-MF sob o nº 625.943.702-15, com a interveniência da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, autarquia especial, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede na Quadra 514 - Conjunto E, Brasília/DF, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08, CEP: 70760-545, doravante denominada **INTERVENIENTE**, neste ato representada pelo Diretor-Geral Substituto, Senhor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, nomeado por Decreto Presidencial de 2 de maio de 2014, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade nº 508.321 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.356.791-91, e a **EMPRESA CLARIANT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. das Nações Unidas, nº 18.001 - Bairro Santo Amaro, no município de São Paulo - SP, CEP: 04795-100, CNPJ/MF nº 31.452.113/0001-51, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Senhora Mônica Ferreira Vassimon, brasileira, casada, química, portadora do documento de identidade nº 16.430.279-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 124.677.618-94 e por seu Diretor LATAM da BU OIL & MINING SERVICES, Senhor Carlos Augusto Blasques Tooge, brasileiro, casado, químico, portador do documento de identidade nº 8.779.781-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº de 060.359.548-04, doravante denominada **AUTORIZADA**, celebram o presente Contrato de Adesão, o qual sujeita as partes ao disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à espécie e, ainda, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO**

O presente contrato constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas Leis nº 12.815/2013 e 10.233/2001 (bem como pelas que vierem a substituí-las) e



respectivos regulamentos, por suas cláusulas e pelas normas editadas pela Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, as quais possuem aplicação imediata, salvo expressa disposição em contrário.

#### **Subcláusula Primeira**

A AUTORIZADA explorará a Instalação Portuária por sua conta e risco.

#### **Subcláusula Segunda**

A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem como o abuso do poder econômico, adotando as providências previstas no artigo 31 da Lei n.º 10.233/2001.

#### **Subcláusula Terceira**

A AUTORIZADA deverá elaborar e divulgar em seu sítio eletrônico relação de todos os serviços prestados e respectivos preços por ela cobrados dos usuários, bem como encaminhá-la à ANTAQ em até 5 (cinco) dias após sua divulgação.

#### **Subcláusula Quarta**

A ANTAQ poderá disciplinar as condições de acesso, por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias autorizadas, assegurada remuneração adequada ao titular da autorização, nos termos do art. 13, da Lei n.º 12.815, de 2013 e do Decreto n.º 8.033, de 2013.

#### **Subcláusula Quinta**

Os contratos para movimentação de cargas celebrados entre a AUTORIZADA e terceiros reger-se-ão, exclusivamente, pelas normas de direito privado, sem participação, responsabilidade ou estabelecimento de qualquer relação jurídica com o poder público.

#### **Subcláusula Sexta**

Aplica-se o disposto na Subcláusula anterior à contratação de mão de obra, seja ela em regime avulso ou com vínculo empregatício.

#### **Subcláusula Sétima**

A AUTORIZADA deverá observar as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, ambiental, de saúde, de política marítima, dentre outras que atuem no setor portuário.



**Subcláusula Oitava**

Não se qualifica como direito adquirido da AUTORIZADA a permanência das condições vigentes na data desta autorização ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que lhe fixará prazo suficiente para adaptação, nos termos do art. 47, da Lei nº 10.233/2001.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a autorização, pelo PODER CONCEDENTE, para a construção e exploração, pela AUTORIZADA, de Instalação Portuária, na modalidade Terminal de Uso Privado, localizada na Ilha do Viana, Barreto, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

**Subcláusula Primeira**

A presente autorização compreende a movimentação e/ou armazenagem de Granel Líquido, conforme declarado pela AUTORIZADA, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

**Subcláusula Segunda**

A alteração da carga movimentada na Instalação Portuária dependerá de avaliação e aprovação do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

**Subcláusula Terceira**

A área autorizada para exploração da Instalação Portuária corresponde a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), Processo Administrativo 50300.001947/2012-73, em terreno do qual a AUTORIZADA detém o direito de uso e fruição para a finalidade deste contrato, compreendendo inclusive as benfeitorias que integram as respectivas instalações.

A referida área autorizada para exploração da Instalação Portuária é localizada no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro cuja poligonal é descrita no Memorial Descritivo nas fls. 422-426 /// 429 do Processo nº 50300.001947/2012-73.

**Subcláusula Quarta**

A ampliação da área autorizada para exploração da Instalação Portuária, localizada fora do porto organizado, estará condicionada à prévia aprovação pelo PODER CONCEDENTE e limitada a 25% (vinte e cinco por cento) da área original, nos termos da legislação em vigor.



#### **Subcláusula Quinta**

O aumento da capacidade de movimentação ou de armazenagem da Instalação Portuária dependerá de prévia aprovação por parte do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

#### **Subcláusula Sexta**

A execução de obras de instalações para acostagem deverá respeitar a projeção dos limites da área da Instalação Portuária sobre o espaço físico em águas públicas, nos termos da legislação em vigor.

#### **Subcláusula Sétima**

Poderá ser autorizado o compartilhamento das infraestruturas de acostagem pertencentes à Instalação Portuária objeto do presente Contrato de Adesão, nos termos do art. 41, caput, Resolução n.º 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014, ou em regramentos correlatos que versem sobre a matéria e que venham a ser elaborados pela ANTAQ.

### **CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A autorização pressupõe a prestação de serviço adequado por parte da AUTORIZADA, relativo às operações de movimentação de cargas, bem como de armazenagem de cargas, entendendo-se como serviço adequado aquele que satisfaz as condições de eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua execução e modicidade dos preços praticados.

#### **Subcláusula Única**

A AUTORIZADA se submeterá aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade da atividade prestada, assim como às metas e prazos para o alcance de determinados níveis de serviço, a serem fixados em ato normativo a ser expedido pela ANTAQ.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS**

Incumbe à AUTORIZADA executar as obras de construção, ampliação, expansão e modernização relativas à Instalação Portuária, podendo fazê-lo direta ou indiretamente, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança das pessoas, bens e instalações, à preservação do



R

d.

meio ambiente, à administração aduaneira, à infraestrutura de acesso aquaviário e ao tráfego marítimo.



### CLÁUSULA QUINTA - DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

O início da operação da Instalação Portuária construída, ampliada, expandida ou modernizada estará condicionado à emissão, pela ANTAQ, do Termo de Liberação de Operação - TLO, após atendimento das exigências contidas em regulamento específico.

#### Subcláusula Primeira

O início da operação da Instalação Portuária deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma físico-financeiro apresentado pela AUTORIZADA, conforme exigido no Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de nº 18/2013 do Processo nº 50300.001947/2012-73, sob pena de aplicação de penalidade pela ANTAQ.

#### Subcláusula Segunda

A prorrogação dos prazos previstos no cronograma físico - financeiro do Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de nº 18/2013 do Processo nº 50300.001947/2012-73 poderá ocorrer mediante requerimento justificado da AUTORIZADA, nos termos do art. 8º, §3º, da Lei n.º 12.815, de 2013, e art. 26, §§ 1º e 2º, do Decreto n.º 8.033, de 2013.

### CLÁUSULA SEXTA - DA HABILITAÇÃO AO TRÁFEGO INTERNACIONAL

Quando requerido pela AUTORIZADA, caberá à ANTAQ a emissão de Habilitação ao Tráfego Internacional - HTI da Instalação Portuária, após o cumprimento das etapas estabelecidas em regulamento específico.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO

A AUTORIZADA estará obrigada a remunerar a Administração do Porto Organizado sempre que fizer uso de infraestrutura por ela operada e/ou mantida.

### CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização terá vigência por 25 (vinte e cinco) anos, contados da data da assinatura deste contrato, prorrogável por períodos sucessivos, consoante o disposto no art. 8º, da Lei n.º 12.815, de 2013.

*JB*



*[Handwritten signatures and initials]*

A AUTORIZADA deverá manifestar seu interesse na prorrogação do presente Contrato de Adesão com 18 (dezoito) meses de antecedência de sua expiração, devendo apresentar proposta de novos investimentos para a expansão e modernização das instalações portuárias, consoante o disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei n.º 12.815, de 2013.

### **CLÁUSULA NONA- DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Incumbe à AUTORIZADA a execução do presente contrato, respondendo pelos prejuízos causados à UNIÃO ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela ANTAQ exclua ou atenua essa responsabilidade.

#### **Subcláusula Primeira**

Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o caput, a AUTORIZADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo do presente contrato.

#### **Subcláusula Segunda**

É vedada a subautorização, sendo permitida, mediante aprovação pelo Poder Concedente, a transferência da titularidade da autorização a terceiros.

Na hipótese acima, deverá ser observada a preservação do objeto e demais condições originalmente estabelecidas, bem como o atendimento, por parte do novo titular, aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos pertinentes.

Para efeito desta Subcláusula, serão também consideradas como transferência de titularidade as transformações societárias decorrentes de cisão, fusão, incorporação e formação de consórcio de empresas concessionárias ou permissionárias.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A AUTORIZADA deverá prestar Garantia de Execução Contratual, correspondente a 2,0% (dois por cento) do valor global do investimento proposto pela AUTORIZADA, nos termos previsto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público n.º 20/2014.

#### **Subcláusula Primeira**

A AUTORIZADA está obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:

I - renovar o prazo de validade das modalidades que se vencerem na vigência do Contrato, comprovando sua renovação ao PODER CONCEDENTE 30 (trinta) dias antes de seu termo final;



II - reajustar a Garantia de Execução Contratual periodicamente, conforme previsto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público n.º 18/2013, complementando o valor resultante da aplicação do reajuste periódico sobre o montante inicial;

III - repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução Contratual no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa ou discussão, judicial ou administrativa, de dolo ou culpa;

IV - responder pela diferença de valores, na hipótese de a Garantia de Execução Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos; e

V - submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da Garantia de Execução Contratual por qualquer das modalidades admitidas.

#### Subcláusula Segunda

A Garantia de Execução Contratual, que será contratada pela AUTORIZADA nos termos previstos no Instrumento Convocatório de Anúncio Público n.º 18/2013 deverá ser executada pelo PODER CONCEDENTE, mediante prévia notificação e sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação, nos seguintes casos:

I - nas hipóteses de inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela AUTORIZADA no presente Contrato de Adesão;

II - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato de Adesão e de regulamentos do PODER CONCEDENTE e da ANTAQ; e

III - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas ao PODER CONCEDENTE, em decorrência do Contrato ou de regulamentos da ANTAQ, ressalvados os tributos.

#### Subcláusula Terceira

O valor equivalente da Garantia de Execução Contratual apresentado originalmente será devolvido integralmente após a emissão do "Termo de Liberação de Operação - TLO" da Instalação Portuária.

#### Subcláusula Quarta

Para empreendimentos cuja integralidade operacional será atingida após a execução de diferentes fases do projeto, a garantia de que trata o caput da Cláusula Décima será restituída de forma proporcional à entrada em operação das respectivas fases, após a emissão do Termo de Liberação de Operação Parcial.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS PRERROGATIVAS DA ANTAQ

O regime jurídico estabelecido para exploração da Instalação Portuária confere à ANTAQ, em relação ao presente contrato, a prerrogativa de:

I - fiscalizar a realização de obras de construção, ampliação, expansão e modernização da Instalação Portuária;

II - acompanhar e exigir o cumprimento dos cronogramas de execução, operação e realização de investimentos previstos pela AUTORIZADA e discriminados no Anexo II do Instrumento Convocatório do Anúncio Público n.º 18/2013 do Processo Administrativo n.º 50300.001947/2012-73;

III - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares pertinentes à autorização, bem como as cláusulas do presente contrato;

IV - fiscalizar a operação da Instalação Portuária, atentando para o cumprimento das disposições legais e normativas;

V - fiscalizar a prestação dos serviços, com observância aos padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade dos preços praticados;

VI - aplicar sanções motivadas pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, bem como às disposições legais e regulamentares que regem a presente autorização;

VII - estimular o aumento da qualidade e da produtividade.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

Constituem obrigações da AUTORIZADA:

I - fixar em local visível e manter em bom estado de conservação, a placa identificadora da Instalação Portuária, conforme modelo estabelecido pela ANTAQ;

II - enviar periodicamente à ANTAQ, relatório informando o estágio de evolução da construção ou da ampliação da Instalação Portuária;

III - informar à ANTAQ, no prazo de 30 dias contados do início da ocorrência, a interrupção da prestação de serviços da atividade portuária, bem como o seu reinício;

IV - informar à ANTAQ, no prazo de 30 dias da ocorrência do fato, alterações de controle societário, substituição de administradores e mudança de endereço, sem prejuízo da competência do poder concedente na hipótese de configuração do quanto previsto na última parte da Subcláusula segunda da cláusula nona do presente Contrato de Adesão;





V - integrar-se ao Sistema Permanente para o Acompanhamento dos Preços e desempenho Operacional dos Serviços Portuários (Sistema de desempenho Portuário - SDP), disponível na página eletrônica da ANTAQ na internet, bem como encaminhar, por meio desse sistema, até o 10º dia do mês subsequente, relatório contendo, no mínimo:

a) os preços praticados, bem assim a natureza, o tipo, a quantidade e o peso, na unidade de medida estabelecida pela ANTAQ, de cargas e passageiros movimentados na Instalação Portuária; e

b) os procedimentos operacionais, equipamentos e Infraestrutura da Instalação Portuária para carga e descarga de embarcações desatracadas no mês referência, considerando as datas e horas registradas no momento do fundeio até a respectiva desatracação.

VI- prestar as informações solicitadas pela ANTAQ e demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

VII - encaminhar periodicamente à ANTAQ as informações relativas à prestação de serviços de recepção de resíduos provenientes das embarcações que demandam a Instalação Portuária;

VIII - adotar medidas de segurança contra sinistros;

IX - manter equipamentos e instalações em boas condições de conservação e funcionamento, substituindo-os quando necessário, a fim de preservar a qualidade e eficiência no desenvolvimento das atividades portuárias, e a segurança das pessoas e instalações, de acordo com as normas em vigor;

X - adotar as medidas necessárias e ações adequadas para evitar, mitigar ou estancar a geração de danos ao meio ambiente, causados por situações já existentes ou que venham a ocorrer em decorrência da implantação do empreendimento, observada a legislação aplicável, devendo sempre manter a licença ambiental atualizada;

XI - prestar o apoio necessário aos agentes da ANTAQ ou de entidades por ela delegadas, e das demais autoridades que atuam no setor portuário, encarregados da fiscalização, garantindo-lhes acesso às obras, aos equipamentos, às instalações e aos registros de dados vinculados à presente autorização;

XII - realizar as seguintes atividades, sob a coordenação da autoridade marítima e/ou autoridade portuária, no âmbito do objeto da presente autorização:

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução da Instalação Portuária;

b) delimitar as áreas de fundeadouro e de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima;

c) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação das embarcações, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade;



d) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas das embarcações que irão trafegar, em função das limitações e características físicas das instalações de acostagem da Instalação Portuária;

XIII - realizar as seguintes atividades, sob coordenação da autoridade aduaneira, no âmbito do objeto da presente autorização, sempre que a Instalação Portuária for alfandegada:

a) delimitar a área de alfandegamento;

b) organizar e sinalizar os fluxos de cargas, de veículos e de pessoas;

XIV - atender à intimação para regularizar a execução de obra ou a operação da Instalação Portuária;

XV - acatar as intervenções da autoridade marítima nas operações portuárias e movimentações de embarcações consideradas prioritárias em situações de assistência e salvamento;

XVI - abster-se de armazenar e movimentar cargas perigosas em desacordo com as normas técnicas que regulam o trânsito de produtos sujeitos a restrições;

XVII - abster-se de práticas que possam configurar restrição à competição ou à livre concorrência, ou ainda, infração à ordem econômica;

XVIII - assegurar a execução da atividade portuária, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e modicidade de preços, durante todo o prazo de vigência contratual;

XIX - cumprir com o cronograma de construção e investimentos relativos à Instalação Portuária objeto da presente autorização, conforme exigência prevista no Anexo II do Instrumento Convocatório de Anúncio Público n.º 18/2013 do Processo Administrativo n.º 50300.001947/2012-73.

XX - cumprir os parâmetros e as metas de qualidade dos serviços prestados, conforme disciplina a ser editada pela ANTAQ.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 8.078, de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber do PODER CONCEDENTE e da AUTORIZADA, informações relativas à defesa de interesses individuais ou coletivos;

II - obter a prestação de serviços com liberdade de escolha, observada a legislação em vigor;



III - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregularidades praticadas pela AUTORIZADA no desenvolvimento da atividade portuária;

IV - representar perante a ANTAQ para que esta solucione administrativamente conflitos de interesse e controvérsias relacionadas à prestação dos serviços pela AUTORIZADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes do presente contrato, sujeitará a AUTORIZADA a penalidades, observado o disposto nas normas editadas pela ANTAQ, que disciplinam os procedimentos de fiscalização e o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO**

A presente autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da AUTORIZADA, ou por iniciativa do PODER CONCEDENTE, por meio de anulação ou cassação, em sede de processo administrativo, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, ouvida a ANTAQ.

**Subcláusula Primeira**

A anulação ocorrerá quando a autorização estiver eivada de vícios que a tornem ilegal, a exemplo da apresentação de documentação falsa ou com uso de comprovada má-fé pela AUTORIZADA, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**Subcláusula Segunda**



A penalidade de cassação da autorização poderá ser aplicada pelo PODER CONCEDENTE, mediante proposta da ANTAQ, considerando a gravidade da infração, quando:

I- não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação da Instalação Portuária, no prazo que lhe for fixada pela ANTAQ;

II - for impedido ou dificultado o exercício da fiscalização pela ANTAQ;

III - descumpridos os prazos fixados para o fornecimento de documentos ou informações exigidas no presente contrato ou em normativo editado pela ANTAQ, ou quando solicitados pela Agência;

# P

  
  
d  
H

IV - houver descumprimento injustificado ao cronograma relativo à construção, operação e realização de investimentos na Instalação Portuária objeto da presente a autorização;

V - houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização ou sua transferência irregular;

VI- prática das seguintes condutas sem prévia e expressa aprovação do Poder Concedente:

a) transferência de titularidade da presente autorização ou dos bens e instalações que a integram;

b) a alteração do tipo de carga movimentada; ou

c) a ampliação da área da instalação portuária.

VII - houver infração de qualquer outra norma que vier a ser instituída pela ANTAQ e que preveja a penalidade de cassação em razão do seu descumprimento.

#### **Subcláusula Terceira**

A declaração de inidoneidade, que implicará na cassação da autorização, será aplicada a quem tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar a execução do presente contrato, a quem tenha apresentado informações ou dados falsos, bem assim aquele que tenha praticado atos com abuso de poder econômico ou infringindo as normas de defesa da concorrência, apuradas e julgadas na forma da legislação aplicável.

#### **Subcláusula Quarta**

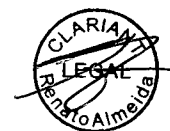
A aplicação da penalidade de cassação ou de declaração de inidoneidade sujeitará a AUTORIZADA às disposições do art. 78-J, da Lei n.º 10.233, de 2001.

### **CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS**

Das penalidades aplicadas e das decisões proferidas em procedimentos relativos ao presente contrato, a AUTORIZADA poderá apresentar pedido de reconsideração dirigido à Diretoria da ANTAQ ou recurso ao PODER CONCEDENTE, conforme o caso, observados os trâmites previstos nas normas editadas pela ANTAQ.

### **CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IRREVERSIBILIDADE DOS BENS**

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis que integram a Instalação Portuária não serão objeto de reversão à UNIÃO.



**CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação de extrato do presente contrato e de seus respectivos aditamentos no Diário Oficial da União - DOU, sendo esta condição indispensável para sua eficácia.

**CLAÚSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

Para dirimir controvérsias jurídicas decorrentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas e nominadas.

Brasília/DF, 23 de março de 2016

HELDER BARBALHO  
Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA  
Diretor Geral Substituto - ANTAQ

MÔNICA FERREIRA VASSIMON  
AUTORIZADA

CARLOS AUGUSTO BLASQUES  
TOOGE  
AUTORIZADA

Testemunhas:

Nome: EDUARDO VINICIUS CASTILHO  
CPF/MF: 09761131807

  
Nome: Nailda Francisca Romes Vanderlei  
CPF/MF: 852.50848168.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO  
NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 110097**

Número do Contrato: 1/2015.  
Nº Processo: 00614000241201282.  
PREGÃO SISPP Nº 2/2015. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. CNPJ Contratado: 16463601000170. Contratado: PROKLIMA AR CONDICIONADO LTDA - ME Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 em sua atual redação e legislação complementar. Vigência: 05/03/2016 a 04/03/2017. Valor Total: R\$34.140,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800241. Data de Assinatura: 29/02/2016.

(SICON - 24/03/2016) 110061-00001-2016NE000096

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 110097**

Número do Contrato: 2015.  
Nº Processo: 0058800146201596.  
PREGÃO SISPP Nº 3/2015. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. CNPJ Contratado: 03360551000154. Contratado: INTERSEPT LTDA -Objeto: Prorrogar por mais 12 (doze) meses o contrato 0005/2015, cujo objeto é a contratação de serviço de motorista. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e sua atual redação e legislações complementares. Vigência: 15/04/2016 a 14/04/2017. Valor Total: R\$110.889,60. Fonte: 100000000 - 2016NE800229. Data de Assinatura: 23/03/2016.

(SICON - 24/03/2016) 110061-00001-2016NE000096

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2016 - UASG 110097**

Número do Contrato: 33/2011.  
Nº Processo: 00588001085201151.  
PREGÃO SISPP Nº 35/2011. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. CNPJ Contratado: 83953331000173. Contratado: ONDREPSB LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA. Objeto: Acréscimo da Procuradoria Seccional da União na prestação de serviço de limpeza e conservação, totalizando 3,82% no montante total do contrato. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 09/03/2016 a 01/01/2017. Valor Total: R\$26.951,89. Fonte: 100000000 - 2016NE800155. Data de Assinatura: 01/03/2016.

(SICON - 24/03/2016) 110061-00001-2016NE000096

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPRESA NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF  
Presidenta da República

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
Substituta

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional  
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1  
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2  
Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3  
Publicação de contratos,  
editais, avisos e ineditais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados  
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-160, Brasília - DF  
CNPJ: 04196445/0001-00  
Fone: 0800 725 6787

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016032800002

**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

**EXTRATOS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Termo de adesão do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT) ao Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2015, celebrado entre a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), a Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e o Instituto Rui Barbosa (IRB). OBJETO: Fomentar a aplicação dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) pelos Estados e Municípios brasileiros, especialmente o que se refere à transparência da gestão pública e à adesão dos participantes à Rede Sincov. DATA DA ASSINATURA: 03 de março de 2016. NOME DO SIGNATÁRIO: pela CGU, CNPJ nº 05.914.685/0001-03, o senhor Luiz Navarro de Brito Filho, CPF nº 347.230.215-15, Ministro de Estado Chefe da CGU; pelo MP, CNPJ nº 00.489.828/0002-36 o senhor Valdir Moysés Simão, CPF nº 001.728.738-70, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; pela ATRICON, CNPJ nº 37.161.122/0001-70, o senhor Valdeir Fernandes Pascoal, CPF nº 646.388.634-34, Presidente da ATRICON; pelo IRB, CNPJ nº 58.723.800/0001-10, o senhor Sebastião Helvécio Ramos de Castro, CPF nº 009.801.296-72, Presidente do IRB; pelo TCE/MT, CNPJ nº 15.024.128/0001-62, o Presidente Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, CPF nº 093.507.991-20, Presidente do TCE/MT.

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica nº 53/2016  
Nº PROCESSO: 00190.102414/2016-58  
PARTES: Controladoria-Geral da União - CGU, com sede no Setor de Autarquias Sul - SAS - Quadra nº 1 - Bloco "A", Edifício Darcy Ribeiro, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.914.685/0001-03, e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com sede em Brasília-DF, Distrito Federal, e serviços na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89. OBJETO: Estabelecer cooperação técnica entre os participantes visando ampliar as ações de articulação com vistas ao aprimoramento das respectivas atribuições institucionais, por meio de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências e informações. RECURSOS: Este documento não acarreta ônus financeiro aos participantes, razão pela qual não se consignou dotação orçamentária específica.

VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se a partir de sua data de publicação, podendo ser alterado mediante termo aditivo. DATA DE ASSINATURA: 22 de março de 2016. SIGNATÁRIOS: Pela Controladoria-Geral da União, o Diretor de Gestão Interna, Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Presidente, Luciano Coutinho.

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nº Processo: 3250/2015. Objeto: Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis a ser firmado entre a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, na qualidade de cedente e a Fundação São José do Paraíso, na qualidade decessionária. Fundamento Legal: Art. 37, XXI, da CF/88 c/c Art. 8º, II e III, e §§ 2º e 3º, da Lei nº 11.652/2008, Decreto nº 6.505/2008, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993. Ato Administrativo de Dispensa de Licitação em 24/03/2016. Klaus Dutra Ferreira. Gerente de Relações com Órgãos Públicos e Reguladores. Ratificação em 24/03/2016. Adrubal Figueiró Júnior. Diretor-Geral. Valor: Sem Ônus. Cessionária: Fundação São José do Paraíso, inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.081.439/0001-14.

**EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nº Processo: 0506/2016. Objeto: inscrição de 02 (dois) empregados da EBC, lotados na Procuradoria Jurídica/PROJU, para participação no Seminário Nacional "60 Acórdãos do TCU", dias 29 a 31 março/2016, em Brasília/DF, das 8h30 às 18h. Fundamento Legal: Art. 63, "caput" do Regulamento de Compras da EBC, aprovado pelo Decreto 6505/2008, c/c o art. 25, "caput" da Lei 8666/93. Ato de Inexigibilidade de Licitação em 23/03/2016. Simeí Susã Spada, Gerente Executiva de Gestão de Pessoas. Ratificação em 23/03/2016. Mário Maurici de Lima Moraes. Diretor Vice-Presidente de Gestão e Relacionamento. Valor Total: R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais). Contratada: Zênite Informação e Consultoria S.A. CNPJ: 86.781.069/0001-15.

Nº Processo: 0555/2016. Objeto: inscrição de 08 (oito) empregados da EBC, lotados na Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade - GEXFI/DIAFI, para participação no evento de capacitação com o tema: "13ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas", no período de 28/03 a 1º/04/2016, em Brasília/DF, das 08:30h às 18h. Fundamento Legal: Art. 63, "caput" do Regulamento de Compras da EBC, aprovado pelo Decreto 6505/2008, c/c o art. 25, "caput", da Lei 8666/93. Ato de Inexigibilidade de Licitação em 23/03/2016. Simeí Susã Spada, Gerente Executiva de Gestão de Pessoas. Ratificação em 23/03/2016. Mário Maurici de Lima Moraes. Diretor Vice-Presidente de Gestão e Relacionamento. Valor Total: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Contratada: Escola de Administração Fazendária - ESAF - CNPJ: 02.317.176/0001-05.

Nº Processo: 6004/2015. Objeto: Contratação da Companhia de Saneamento Ambiental - CAEMA, com vistas ao fornecimento de água e coleta de esgotos nas instalações da EBC, na cidade de São Luís/MA, durante o exercício de 2016. Fundamento Legal: art.63, "caput", do Regulamento Simplificado para Contratação de Serviços e Aquisição de Bens, aprovado pelo Decreto nº 6.505/2008, c/c o art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Ato de Inexigibilidade de Licitação em 24/03/2016. João Francisco Jones Fortes Braga. Superintendente Regional do Nordeste. Ratificação em 24/03/2016. Adrubal Figueiró Júnior. Diretor Geral. Valor Anual Estimado: R\$ 37.714,14 (trinta e sete mil setecentos e catorze reais e catorze centavos). Contratada: Companhia de Saneamento Ambiental - CAEMA. CNPJ nº 06.274.757/0001-50.

**EXTRATO DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS**

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços EBC/COORD-CM/Nº 0010/2016. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Sérgio Machado Reis - EPP. CNPJ: 00.441.200/0001-80. Objeto: Serviços de clipping de conteúdos veiculados em emissores de televisão para fins de monitoramento, clipegem e análise pela Gerência de Monitoramento e Análise de Mídias da EBC. Modalidade de Contratação: Pregão Eletrônico nº 005/2016. Do Valor Total Anual: R\$ 76.680,00. Dos Recursos Orçamentários: Programa de Trabalho: 2472210126750001 (Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2016NE000783. Emissão: 09/03/2016. Valor: R\$ 6.390,00. Vigência: 19/03/2016 a 19/03/2017. Assinatura: 18/03/2016. Processo: 3341/2016.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato EBC/DIGER/CONTRATO Nº 014/2014. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. CNPJ: 24.365.710/0001-83. Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Contrato de produção de audiovisual celebrado entre as partes acima qualificadas conforme definições constantes da Cláusula Terceira e Anexo I ao instrumento Original. Do valor total Estimado: R\$ 540.000,00. Dos Recursos Orçamentários: Programa de Trabalho: 2472220250B50001 (Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação). Elemento de Despesa: 339139 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2016NE000148. Emissão: 22/01/2016. Valor: R\$ 45.000,00. Vigência: 29/01/2016 a 29/01/2017. Assinatura: 29/01/2016. Processo: 0747/2014.

**SECRETARIA DE PORTOS**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2015 - UASG 110680**

Nº Processo: 00045004034201541.  
INEXIGIBILIDADE Nº 31/2015. Contratante: SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA. CNPJ Contratado: 17314329002092. Contratado: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A. Objeto: Aquisição de serviços com fornecimento de material, refeições e lanches de bordo, no Aeroporto Internacional de Brasília, nas aeronaves da Força Aérea Brasileira, utilizadas pelo Ministro da Secretaria de Portos/PR. Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 22/03/2016 a 22/03/2017. Valor Total: R\$60.568,32. Fonte: 100000000 - 2015NE800162. Data de Assinatura: 22/03/2016.

(SICON - 24/03/2016) 110680-00001-2016NE800028

**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO: 50300.001947/2012-73. INSTRUMENTO: Contrato de Adesão nº 06/2016. CONCEDENTE: Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, CNPJ/MF nº 08.855.874/0001-32. INTERVENIENTE: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08. AUTORIZADA: Clariant S.A., CNPJ/MF nº 31.452.113/0001-51. OBJETO: Autorização para construção e/ou exploração, de Instalação Portuária, na modalidade Terminal de Uso Privado, localizada na Ilha do Viana, Barreto, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas aos provenientes de transporte aquaviário. DATA DA ASSINATURA: 23/03/2016.

**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

PROCESSO: 50000.024089/2000. ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo. INSTRUMENTO: Contrato de Adesão nº 045/2014-ANTAQ. CONCEDENTE: Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, CNPJ/MF nº 08.855.874/0001-32. AUTORIZADA: IBEPAR PARTICIPAÇÕES, CNPJ/MF nº 02.941.212/0001-07. OBJETO: a ampliação do Terminal de Uso Privado da AUTORIZADA, localizada na Rua Gutemberg Barbosa Nº 01 - Ponta Negra, CEP 69.037-066, município de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 02.941.212/0001-07, para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas aos provenientes de transporte aquaviário. DATA DA ASSINATURA: 23/03/2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.